

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Correio Braziliense Class.: FUNK 20 18
Data 04/10/80 Pg.: _____

Correio Braziliense 7-80 **Funai não permite**

pesquisa com índio

Todas as entidades científicas do país estão proibidas pela Fundação Nacional do Índio de realizar pesquisas nas áreas indígenas. Essa denúncia foi feita ontem pela Sociedade Brasileira de Indigenistas, em Brasília, em nota à imprensa na qual acrescenta que a proibição demonstra "o grande medo que os "administradores de índios" têm de que seja verificada "in loco" a situação das comunidades indígenas e dos crimes que vêm sendo cometidos contra índios no Brasil".

Segundo o antropólogo Ezequias de Almeida Júnior, membro da SBI e um dos indigenistas demitidos da Funai nos últimos 30 dias - no total, incluídos os 10 que se demitiram em protesto, 38, informou - se ontem -, "os índios estão confinados, proibidos de saírem de suas áreas, a não ser que disponham de um salvo - conduto, fornecido pela Funai de acordo com suas conveniências".

De acordo com o presidente da SBI, sertanista José Porfírio de Carvalho, outro dos demitidos, após 12 anos de serviço, "tenta - se impedir que os índios denunciem as irregularidades que sofrem". Na opinião do sertanista, com a proibição, "a Funai provoca tensão entre os índios e depois, quando eles reagem, acusa os indigenistas de insufladores e comunistas". Para ele, "tentar impedir o índio de falar é subestimá - lo, desconsiderando - o como ser político que é, como todo e qualquer ser humano".

VAZIOS

Na nota da SBI, os indigenistas denunciam, ainda, que "a atual administração da Funai chama policiais e guarda - costas amigos dos dirigentes para ocuparem os espaços deixados pelos indigenistas demitidos, pois os chamados comerciais de empregos não conseguiram aliciar profissionais que possam dedicar suas vidas à causa indígena". Paralelamente também diz, ainda, a nota -, "sem nenhuma autorização, a empresa Euler Planejamento encontra - se na área Nambiquara (Vale do Guaporé, no Mato Grosso) com engenheiros, topógrafos e trabalhadores, abrindo picadas do novo traçado da BR - 364, que será o novo caminho para o extermínio dos últimos índios Nambiquara".

Anteriormente, a 30 de junho passado, dia da chegada do Papa João Paulo II ao Brasil, a ameaça do extermínio dos Nambiquara - pouco mais de 150 remanescentes de uma população estimada em 10 mil, no começo do século - havia sido denunciada em nota conjunta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do Conselho Indigenista Missionário, na qual foi referida, também, a exigência dos chefes indígenas no sentido da substituição dos dirigentes da Funai:

Para a SBI, "após demitir 38 indigenistas e, através da imprensa e pessoalmente, ameaçar todos eles de punição e enquadramento na Lei de 'Segurança Nacional", a Funai toma medidas que "demonstram o total despreparo de seus dirigentes, até mesmo para conduzir uma crise gerada por eles próprios".

PROVAS

O gabinete do deputado federal Modesto da Silveira (PMDB - RJ), presidente da Subcomissão do Índio recentemente criada na Comissão do Interior da Câmara dos Deputados, divulgou ontem, em Brasília, cópias de telegrama por ele enviado ao presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, e carta de solidariedade aos indigenistas afastados do órgão por ele endereçada à SBI. No telegrama, o parlamentar diz ao presidente da Funai que, após tomar conhecimento da demissão, terça - feira última, dos 21 indigenistas que tinham encaminhado carta ao ministro Mário Andreazza, do Interior, pedindo a apuração de uma série de irregularidades pelas quais acusavam os dirigentes da autarquia, a "nação esperava e espera antes mais nada Funai prove impropriedade fatos alegados indigenistas demitidos quando há consenso público Funai desviou - se objetivos superiores e legais política indigenista pt única forma honrosa permanência atual direção Funai seria subordinar - se defesa legal índios brasileiros dentro espírito humanitário general Rondon demitindo funcionários incompetentes ou corruptos comprovados e mantendo bons funcionários".

Na carta à SBI, Modesto da Silveira solidariza - se "com esta entidade nascente e seus 21 associados demitidos no primeiro dia de recesso parlamentar", comunicando o envio à entidade, em anexo, de cópia do telegrama dirigido ao presidente da Funai.

SILENCIO

Ontem, em Brasília, a Funai permaneceu sem divulgar nenhuma nota a respeito das 21 demissões dos funcionários denunciantes realizadas dois dias antes, segundo informaram os demitidos com base no artigo 482, letra H, da Consolidação das Leis do Trabalho, referente à indisciplina.

Entre os 21 indigenistas demitidos, repercutiu favoravelmente nota do Ministério do Interior ontem publicada afirmando tratarem - se as demissões de um problema de ordem administrativa e interna da Funai, sobre o qual o ministro não interfere, interpretada como um sinal de que o afastamento dos autores da carta a ele dirigida contendo uma série de denúncias foi um ato de desespero dos dirigentes da Funai denunciados".